

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

02 de outubro de 2019

Crianças e adolescentes podem viajar sem autorização judicial

Uma nova resolução do **Conselho Nacional de Justiça** dispensa de autorização judicial menores de 16 anos que queiram viajar desacompanhados dos pais ou responsáveis pelo território nacional. É preciso apenas a autorização dos pais, com documento com firma reconhecida em cartório ou escritura pública.

Em entrevista à rádio CBN Vitória nesta quarta-feira (02), a juíza coordenadora das Varas da Infância e Juventude do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, Patrícia Neves, explicou as principais mudanças. Acompanhe:

De acordo com o texto, não será exigida autorização judicial para viagem de crianças ou adolescentes em território nacional nas seguintes situações.

O QUE DIZ A RESOLUÇÃO?

[Fonte: **CNJ**]

Resolução Nº 295 de 13/09/2019

Art. 1º Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

Art. 2º A autorização para viagens de criança ou adolescente menor de 16 anos dentro do território o nacional não será exigida quando:

I - tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 anos, se na mesma unidade federativa ou incluída na mesma região metropolitana; e

II - a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado:

a) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco; e

b) de pessoa maior, expressamente autorizada por mãe, pai, ou responsável, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade.

III - a criança ou o adolescente menor de 16 anos viajar desacompanhado expressamente autorizado por

qualquer de seus genitores ou responsável legal, por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade; e

IV - a criança ou adolescente menor de 16 anos apresentar passaporte válido e que conste expressa autorização para que viagem desacompanhados ao exterior.

Art. 3º Os documentos de autorizações dadas por genitores ou responsáveis legais deverão discriminar o prazo de validade, compreendendo-se, em caso de omissão, que a autorização é válida por dois anos.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Acesse aqui a Resolução do **CNJ** na íntegra:

Resolução **CNJ** embarque de menores

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2019/10/criancas-e-adolescentes-podem-viajar-sem-autorizacao-judicial-1014200683.html

Justiça arrecada mais de R\$ 600 mil neste ano só no Centro de Triagem de Viana

TAG: JUIZ, JUSTIÇA, PAGAMENTO DE FIANÇA, **AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA**, GISELE SOUZA DE OLIVEIRA COORDENADORA DAS VARAS CRIMINAIS, PALÁCIO DA JUSTIÇA RENATO DE MATTOS, GUSTAVO SENA MESTRE EM DIREITO E PROMOTOR DE JUSTIÇA,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/10/02/TVGAZETAAFGL>
OBOES-07.18.43-07.21.39-1570013660.mp4**

Juizes deixam de bloquear dinheiro de devedores

Motivação é a Lei do Abuso de Autoridade. Magistrados justificam decisão na sentença, lembrando que há risco de prisão por até 4 anos

Kayque Fabiano

Aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, após vetos e derrubada de vetos no Legislativo, a Lei do Abuso de Autoridade vem provocando reações de juristas e magistrados em todo o Brasil.

A legislação prevê penas de até quatro anos de prisão a juizes e outras autoridades que bloquearem valores de devedores acima do permitido, ou mantiverem indivíduos presos nas situações em que cabe soltura ou medida cautelar.

Mesmo com a medida prevista para passar a valer só a partir de janeiro do ano que vem, já há diversos casos de juizes deixando de impor bloqueios de valores ou prisões preventivas para evitar serem enquadrados no crime de abuso.

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado (Amages), Daniel Peçanha Moreira, fez críticas à legislação, que ele definiu como um “grave retrocesso e uma tentativa de enfraquecer a Justiça no que tange às investigações no processo de combate à corrupção”.

“A nova lei é desnecessária, pois já são previstas em lei condutas



DANIEL PEÇANHA diz que a lei tenta enfraquecer a Justiça no âmbito do processo de combate à corrupção

passíveis de sanção administrativa, já existindo rigoroso controle, por parte das ouvidorias, corregedorias e conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.”

Por todo o País, já existem 39 decisões que tratam de penhora de bens que usaram a nova lei como justificativa para negar a penhora dos bens dos devedores. O presidente da Amages concorda que há uma ameaça à ordem econômica. “Há risco de prejudicar ainda

mais o credor, uma vez que nossa lei já é bastante leniente com o devedor (...) Por todo o Brasil estamos vendo o número de decisões de negativa de penhora aumentarem. Isso também deve acontecer no Estado, embora não haja um caso concreto por aqui”, alertou.

Hoje, o Judiciário brasileiro utiliza o sistema de penhora de ativos financeiros chamado Bacenjud, que foi desenvolvido com o objetivo de facilitar a comunicação entre

a Justiça e os bancos.

Para garantir a efetividade da decisão do juiz, o sistema bloqueia os valores em todos os bancos em que o julgado possui contas ou bens. Além disso, há situações em que o Bacenjud bloqueia valores acima do determinado na decisão, por divergências do próprio sistema.

Isso, de acordo com o texto da nova lei, se configura como abuso de autoridade do juiz, passível de prisão de até quatro anos.

“Nova lei traz insegurança e ameaça investimentos”

Além de, indiretamente, inibir juizes e membros do Ministério Público de investigarem ações e o combate ao crime — como indicam alguns juristas —, a Lei de Abuso de Autoridade ameaça a economia, segundo especialistas.

O professor e economista Mario Vasconcelos explica que, nesse caso, o impacto se deve em especial ao fato de se tratar de uma legislação que mexe com decisões ligadas a execuções e à retomada de imóveis. Segundo ele, o fato da lei trazer insegurança jurídica também afasta novos investimentos.

“Ninguém quer investir em um mercado que muda constantemente os entendimentos jurídicos. Uma decisão como essa deixa os investidores com receio e traz impactos econômicos”, disse.

Já o presidente do Conselho Consultivo da Associação dos Representantes de Bancos do Estado (Arbes), Jorge Eloy Domingues, diz ser cedo para apresentar impactos da lei sobre as execuções de imóveis, por ela estar sendo avaliada.



MARIO VASCONCELOS: receio

ENTENDA

Abuso de autoridade

- ▶ **APROVADA** no Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, após vetos e derrubada de vetos no Legislativo, a Lei do Abuso de Autoridade vem provocando reações de juristas e magistrados em todo o País.
- ▶ **ELA DEFINE** regras de atuação para o Judiciário, com cerca de 30 situações que configuram o abuso, além das punições, que variam de multa até prisão de um a quatro anos.

Bloqueio de bens

- ▶ **UM DOS** artigos da lei trata do bloqueio exagerado de bens e valores.
- ▶ **O ARTIGO 36** da nova legislação prevê como conduta típica o ato de “decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantidade que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte e, ante a demonstração, pela parte, da excessividade da medida, deixar de corrigi-la”.
- ▶ **NAPRÁTICA**, quando um réu vai a julgamento por conta de dívidas não pagas, pode ser ou não decretada a penhora dos bens, ou o bloqueio das contas bancárias, para garantir o pa-

gamento da dívida.

- ▶ **A LEI** só passa a valer em janeiro do ano que vem, mas diversos magistrados já se mostram receosos para dar suas sentenças. Eles temem ser enquadrados no novo texto.
- ▶ **EM TODO O BRASIL**, já há 39 decisões em que os magistrados rejeitaram a penhora ou bloqueio de bens por conta da nova lei e citaram este fato na própria sentença.

Bacenjud

- ▶ **HOJE**, O JUDICIÁRIO brasileiro utiliza o sistema de penhora de ativos fi-

nanceiros chamado Bacenjud, um sistema de bloqueio utilizado pela Justiça, que recebe as decisões e manda penhorar o mesmo valor em vários bancos, para garantir a efetividade da medida. O valor vai para uma conta da própria Justiça.

- ▶ **MUITAS VEZES** a medida acaba bloqueando valores acima do determinado na decisão, o que, de acordo com a nova lei, se configura como crime, com punição de 1 a 4 anos de detenção ao juiz que demorar a devolver o valor excedente.
- ▶ **ESSA PENHORA “A MAIS”**, que acon-

tece por divergência no sistema, daria margem para que se configurasse conduta típica prevista na Lei do Abuso de Autoridade, que o culpado pela demora ou pelas divergências do sistema seria o juiz.

Insegurança jurídica

- ▶ **ALÉM DE** diminuir o número de bloqueios de bens na Justiça, especialistas lembram ainda que a lei pode enfraquecer a Justiça no que tange às investigações no processo de combate à corrupção.
- ▶ **OS PROFISSIONAIS** explicam que a influência do Legislativo e Executivo no Poder Judiciário traz insegurança jurídica para o País.
- ▶ **ALÉM DISSO** por estar ligado à penhora de bens, a lei pode influenciar a economia, deixando os investidores receosos de investirem no País.
- ▶ **EM BUSCA DA ANULAÇÃO** da lei, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda não há data para análise.



PLENÁRIO DA CÂMARA no dia da aprovação: nova lei entra em vigor em janeiro de 2020

Fonte: Especialistas consultados.

Associação de magistrados vai ao STF contra a legislação

Procurando barrar o novo texto antes que ele passe, de fato, a valer, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei de Abuso.

O órgão informou por meio de nota que a lei “atinge frontalmente a liberdade de julgar e reduz a atuação do Poder Judiciário, em especial no combate à corrupção, pois criminaliza a própria atividade de julgar”.

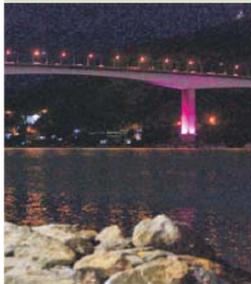
Segundo a AMB, a lei atenta contra os princípios constitucionais da independência judicial, da segurança jurídica e da proporcionalidade. Além disso, o órgão reforça que o Judiciário possui recursos próprios para lidar com eventuais abusos de poder. Ainda não dá data para julgamento.

Procurador, o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), informou que não seria possível responder até o fechamento desta edição.

CENAS DO OUTUBRO ROSA



PONTE DA PASSAGEM, em Vitória, iluminada de rosa este mês.



TERCEIRA PONTE e seus pilares ficaram coloridos.



PRÉDIO DA FINDES, em Vitória, iluminado para a campanha.



REDE TRIBUNA
A sede da Rede Tribuna, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, ganhou iluminação cor-de-rosa em defesa da prevenção do câncer de mama.

Monumentos e prédios iluminados contra o câncer

A campanha Outubro Rosa completa 10 anos no Estado com objetivo de alertar as mulheres para a prevenção e o tratamento da doença

Maraiza Silva

Monumentos e prédios da Grande Vitória ganharam iluminação cor de rosa. Desde ontem, as luzes coloridas são projetadas para lembrar sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.

A campanha Outubro Rosa – que completa 10 anos no Estado – foi lançada na noite de ontem, quando o Palácio Anchieta, sede do governo do Estado, ganhou a nova iluminação.

Durante a solenidade, a presidente da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afece), Marilúcia Dalla, convidou a sociedade para uma campanha além do rosa.

“Temos um olhar atento para o câncer de mama, mas também queremos alertar para a importância da prevenção a outros tipos de câncer, como o de próstata e de pele, por exemplo. A cura tem ligação direta com a descoberta da doença nos primeiros estágios”, disse.

Já o governador Renato Casagrande ressaltou a importância do trabalho da instituição junto ao Hospital Santa Rita.

“A Afece e o Hospital Santa Rita desenvolvem um trabalho de muita intensidade que há 10 anos é fei-



O PALÁCIO ANCHIETA, no centro de Vitória, vai ficar iluminado de rosa durante todo o mês de outubro

to permanentemente para despertar nas pessoas o interesse pela prevenção do câncer, uma doença que ameaça a todos nós”, afirmou.

Durante este mês, serão realizados mutirões com exames de graça como mamografias e preventivos. Os interessados devem buscar os serviços nas unidades de saúde dos municípios onde moram.

Dados da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) revelam que “em 2018 foram realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) 98.680

mamografias. De janeiro a julho deste ano, o número de exames realizados foi 51.530”.

A Sesa informou, ainda, que “a porta de entrada para as pacientes terem acesso ao exame é a unidade de saúde”.

O Ministério da Saúde recomenda que a mamografia seja feita em mulheres com idades entre 50 e 69 anos, a cada dois anos. A mamografia permite identificar melhor as lesões mamárias em mulheres após a menopausa.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), estima-se que 1.130 mulheres tenham câncer de mama este ano no Estado. Somente em Vitória, houve 140 dos casos.

Entre as edificações que vão permanecer iluminadas de rosa durante este mês estão a sede da Defensoria Pública, a Prefeitura de Vitória, a Ponte da Passagem, a sede do Tribunal de Justiça do Estado, os pilares da Terceira Ponte e a Rede Tribuna, na capital.



VITÓRIA 360
O monumento Vitória 360, na Enseada do Suá, também vai ficar iluminado de rosa para incentivar a realização de exames que previnem o câncer de mama.



PREFEITURA DE VITÓRIA
A Prefeitura Municipal de Vitória aderiu à campanha do Outubro Rosa e vai ficar colorida. Unidades de saúde vão oferecer exames.

Juiz determina restabelecimento de plano de saúde rescindido unilateralmente

Operadora que cancelou unilateralmente contrato deve restabelecer plano de saúde de beneficiária. Decisão é do juiz de Direito Dejairo Xavier Cordeiro, da 5ª vara Cível de Serra/ES.

A mulher alegou ser beneficiária do plano de saúde há cerca de 15 anos e, em virtude dos valores mensais, no ano de 2006 solicitou a migração de seu plano para outro mais acessível. Oito anos depois, contudo, teria recebido uma comunicação do CRM/ES no qual era informada de que seu contrato de assistência à saúde seria rescindido.

Segundo a autora, ela nunca manteve vínculo algum com o conselho e, embora estivesse usufruindo do referido plano sem qualquer restrição no ajuizamento da ação, pleiteou liminar para que fosse determinada a continuidade da prestação de serviços.

A operadora, por sua vez, alegou que a autora era beneficiária de plano de saúde coletivo contratado através do CRM/ES e, embora afirme que nunca manteve vínculo com o conselho, este é o interveniente do contrato e teria solicitado a rescisão contratual do plano da beneficiária.

O magistrado considerou que, embora o contrato em exame seja coletivo, há nítida relação de consumo entre as partes. O juiz entendeu ser evidente a vulnerabilidade da contratante, que é idosa e faz uso do contrato por especial lapso temporal - de 15 anos na propositura da ação, sendo que a rescisão imotivada manifestada pela ré se revela abusiva .

Conforme o magistrado, a ré não promoveu oferta de novo plano à autora, sendo de rigor trazer a este comando o entendimento jurisprudencial recente do **TJES**, segundo o qual, para que a rescisão se torne legítima, é necessária a apresentação de possibilidade, ao beneficiário, de migrar para outro plano.

Assim, julgou parcialmente procedente a ação. Contra a decisão, foram interpostos recursos.

A banca Metzker Advocacia patrocina a autora na causa.

Confira a íntegra da sentença .

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI312242,5104>

5-

Juiz+determina+restabelecimento+de+plano+de+saude+rescindido

Ex-1ª dama de Colatina vai aguardar em liberdade

A ex-primeira-dama de Colatina Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski aguardará os recursos contra sua condenação em liberdade. Acusada de desvio de dinheiro público (peculato), ela havia sido condenada em segunda instância a sete anos e seis meses de prisão em regime semiaberto.

Mas no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ricardo Lewandowski concedeu o direito da ré de aguardar o trânsito em julgado em liberdade. O advogado de defesa, Rivelino Amaral, disse que há recursos no STF e no Superior Tribunal de Justiça.

O mandado de prisão contra a ex-primeira-dama e mais duas pessoas envolvidas no caso foi publicado no dia 12 de setembro. Uma delas encontra-se no Centro Prisional Feminino de Cariacica.



EM BAIXA

JUSTIÇA EMPERRADA

A nova Lei de Abuso de Autoridade está provocando transtornos na relação do poder Judiciário com a sociedade.

Muitos juízes estão deixando inclusive de bloquear dinheiro de devedores com receio de serem indevidamente punidos, pois a legislação prevê que eles podem ser condenados a até quatro anos de prisão se a sentença for considerada indevida. Só que não há critérios objetivos para nortear a ação dos magistrados.

Até mesmo presos estão sendo soltos por conta das indefinições causadas por essa legislação.

Seminário sobre violência no trabalho

Quando o local de trabalho, que deveria ser um ambiente ético e agradável, permite relações de violência, seja física, psicológica ou moral, a vítima da agressão pode ter sérios prejuízos à saúde.

No Brasil, de 2006 a 2017, foram registrados cerca de 8.400 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho – terceira maior causa de incapacidade. Nesse cenário, 59,7% das notificações foram do sexo feminino.

A psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde (Semus) de Vitória, Roberta Belisário Alves, fará a palestra Saúde Mental relacionada ao trabalho, nesta sexta-feira, das

9h às 9h30, no auditório do Centro de Ciências Econômicas da Ufes.

A profissional vai explicar a forma como o trabalho se relaciona com a saúde e o adoecimento mental. A palestra faz parte do seminário Violência no Trabalho: Enfrentamento e Superação, que será realizado amanhã e sexta-feira.

O evento é uma realização do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) e da Ufes, em parceria com o governo do Estado, o Ministério da Economia, o Ministério Público do Trabalho, o Fundacentro, a Polícia Rodoviária Federal e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra).



VALCI FERREIRA, antes e depois da prisão: ex-conselheiro foi condenado a 10 anos por desvio de dinheiro público

Condenado, Valci mantém aposentadoria

Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado recebe R\$ 6 mil por mês e cumpre prisão domiciliar desde 2018

Brunella França

A pesar do trânsito em julgado referente à condenação de 10 anos de prisão por desvio de dinheiro público em regime fechado, Valci Ferreira não deve perder a aposentadoria como conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), segundo especialistas. Ele cumpre prisão domiciliar desde outubro de 2018.

Não há, porém, consenso sobre o que pode ocorrer no caso do conselheiro aposentado.

De acordo com o doutor em Direito Luiz Henrique Alocchio, seria preciso requerer a cassação da

aposentadoria, já que o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas é vitalício. Nesse caso, caberia ao Ministério Público Federal (MPF), autor da denúncia, requerer execução da sentença referente à aposentadoria.

Desde março deste ano, Valci Ferreira, como conselheiro aposentado, tem créditos no contracheque de R\$ 6 mil. Com os descontos, ele recebe, mensalmente, R\$ 5.612,55.

Outro especialista que analisou o caso disse que a aposentadoria seria direito adquirido e a perda de cargo, portanto, não surtiria efeito.

No Supremo Tribunal Federal, houve um caso em que um servidor público foi impedido de se aposentar justamente para que não houvesse perda do objeto quanto à condenação de perda do cargo público.

Na última sexta-feira, a Primeira Turma do STF encaminhou o trânsito em julgado da sentença penal condenatória de Valci Fer-

reira por peculato expedida em dezembro de 2017 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com a denúncia do MPF, o então conselheiro teria desviado recursos, em benefício próprio e de terceiros, de contrato de seguro de vida para deputados, celebrado quando ele ocupava o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado, entre 1997 e 2001.

O OUTRO LADO

Sem manifestação

A defesa de Valci Ferreira foi procurada pela reportagem e disse que “prefere não se manifestar” sobre o caso.

O Ministério Público Federal no Espírito Santo foi procurado para informar se haveria alguma ação referente ao caso, mas disse que não conseguiria essa informação até a noite de ontem.

Edmar Machado vai chefiar o Ministério Público Federal

O procurador da República Edmar Gomes Machado foi eleito e nomeado procurador-chefe do Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) para o biênio 2019-2021. Carlos Vinicius Cabeleira é o procurador-chefe substituto.

Para os próximos dois anos, Edmar Machado previu um cenário de otimização dos recursos de trabalho, sejam humanos ou financeiros. O procurador ressaltou, ainda, que vai utilizar ferramentas que permitam a racionalização de serviço.

“Uma dessas ferramentas é o incentivo aos acordos, que dão mais efetividade ao trabalho e economizam gastos com processos desnecessários. Com isso, temos uma racionalização de recursos financeiros e humanos também”, lembrou.



EDMAR Machado: otimização

Cartório comunicará operação suspeita

Por Isadora Peron e Luísa Martins

Os cartórios de todo o país vão ser obrigados a comunicar à Unidade de Inteligência Financeira (UIF), o antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), qualquer operação que envolva o pagamento ou recebimento de valores iguais ou superiores a R\$ 30 mil.

Um ato normativo elaborado pela corregedoria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** foi assinado ontem e passará a valer a partir de 3 de fevereiro de 2020.

A inclusão dos cartórios no rol das entidades que precisam prestar informações ao antigo Coaf tem como objetivo reforçar o combate e a prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

De acordo com a nova norma, notários e registradores deverão comunicar à UIF, por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), caso avaliem que as operações de seus clientes são suspeitas.

O provimento traz uma lista de atividades que podem conter irregularidades, como operações que aparentemente não resultem de atividades ou negócios usuais do cliente ou do seu ramo de negócio; operações cujo beneficiário final não seja possível identificar; e a resistência, por parte do cliente, no fornecimento de informações solicitadas para o registro da operação.

No caso do oficial de registro de imóveis, ele ficará obrigado a comunicar à UIF, por exemplo, o registro de transmissões sucessivas do mesmo bem, em período não superior a seis meses, se a diferença entre os valores declarados for superior a 50%. A medida também se aplica para casos em que o registro de título traga diferença entre o valor da avaliação fiscal do bem e o valor declarado.

Já o oficial de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas terá de informar operações que envolvam o pagamento ou recebimento de valor igual ou superior a R\$ 50 mil ou equivalente em outra moeda, inclusive quando se relacionar à compra ou venda de bens móveis e imóveis. Os valores dessas operações poderão ser atualizados periodicamente pela corregedoria do **CNJ**.

O Colégio Notarial do Brasil (CNB) também terá que criar e manter o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN), que reunirá as informações fornecidas pelos próprios notários de forma sincronizada.

A inclusão do segmento no rol das entidades que precisam prestar informações à unidade de inteligência faz parte de uma série de exigências do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), vinculado ao Ministério da Economia, para que o Brasil suba de patamar na avaliação mundial do órgão, que será feita em 2020.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/10/02/necessidade-de-aco-es-de-politica-fiscal.ghml>

Pesquisa revela bairros com mais mortes de mulheres

Interlagos, em Linhares, Norte do Estado, lidera com 4 assassinatos entre os meses de janeiro e agosto deste ano

Patricia Maciel

Oito dias depois que a estudante Karoline Vitória Souza Nascimento, 15 anos, foi encontrada morta, em Vitória, com sinais de espancamento e tiros, o pai da jovem, o montador Vanderlei Nascimento, 39, disse que a família espera por respostas.

“A mãe dela chora e lembra todo dia. Está muito revoltada. O que aconteceu com a minha filha foi um absurdo. Foi uma tortura, coisa muito pesada o que fizeram com ela. E não foi uma pessoa só”, desabafou o pai, na tarde de ontem.

Karoline é uma das 61 mulheres assassinadas este ano, no Estado. Levantamento feito por **A Tribuna**, mostra quais são os bairros onde esse tipo de crime aconteceu no Estado, entre janeiro e agosto deste ano.

O bairro com o maior número de mulheres mortas é Interlagos, em Linhares, Norte do Estado, com 4 casos. O município registrou um total de oito assassinatos de mulheres este ano, e perde apenas para Serra, na Grande Vitória, com 11 assassinatos de mulheres.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) divulgou, ontem, as estatísticas atualizadas dos assassinatos de mulheres capixabas. Do total de mortes entre janeiro e setembro, 25 foram feminicídios, o que representa 41%.

O feminicídio acontece quando a motivação do crime tem relação com o gênero, ou seja, a mulher foi assassinada por ser mulher. Dos outros 59%, a maioria tem relação com o tráfico de drogas, segundo a polícia.



VANDERLEI NASCIMENTO mostra no celular a foto da filha, Karoline Vitória, 15 anos, assassinada há oito dias

Os dados mostram que houve uma queda nos homicídios de mulheres nos últimos anos. Nos nove primeiros meses de 2018, 71 mulheres foram mortas no Estado, 10 a mais que no mesmo período deste ano. O número de feminicídios, no entanto, permaneceu o mesmo: 25 de janeiro a setembro, em 2018 e 2019.

Das mulheres que sofreram feminicídio, menos de 30% chegaram a acionar a Polícia Militar, registrar Boletim de Ocorrência ou pedir Medida Protetiva contra o agressor, segundo a delegada Michele Meira, da Gerência de Proteção à Mulher da Sesp.

A delegada disse que pedir ajuda pode evitar o pior.

“É preciso quebrar o ciclo da violência. A mulher que se percebeu em um relacionamento abusivo, deve dar um basta. E se acontecer algum tipo de agressão, deve procurar a polícia e denunciar.”

FEMINICÍDIOS

FAIXA ETÁRIA	2017	2018	2019
0 a 14	0%	0%	0%
15 a 19	2%	0%	0%
20 a 24	12%	18%	4%
25 a 29	14%	6%	25%
30 a 34	12%	12%	8%
35 a 39	31%	24%	33%
40 a 44	10%	12%	4%
45 a 49	7%	3%	8%
50 a 54	5%	12%	0%
55 a 59	2%	3%	8%
acima de 60	5%	9%	8%

RELAÇÃO VÍTIMA X AUTOR (2019)	
Marido	36%
Ex-marido	24%
Namorado	12%

Companheiro	24%
Parente	4%
Conhecido	0%
Não informado	0%

DIA DA SEMANA (2019)	
Domingo	12%
Segunda-feira	12%
Terça-feira	20%
Quarta-feira	32%
Quinta-feira	4%
Sexta-feira	16%
Sábado	4%

COR DA PELE (2019)	
Branca	17%
Parda	57%
Negra	26%
Não informado	9%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (Sesp).

OS NÚMEROS POR MUNICÍPIO/BAIRRO

11 ASSASSINATOS

SERRA	
Novo Horizonte	2
Bairro das Laranjeiras	1
Carapina Grande	1
Jardim Carapina	1
José de Anchieta	1
Morada de Laranjeiras	1
Porto Dourado	1
Residencial Jacaraípe	1
São Geraldo	1
São Marcos II -	1

8 ASSASSINATOS

LINHARES	
Interlagos	4
Nova Esperança	2
Novo Horizonte	1
Movelar	1

6 ASSASSINATOS

VILA VELHA	
São Torquato	1
Ataide	1
Praia da Costa	1
Santa Rita	1
Normilia da Cunha	1
Alvorada	1

4 ASSASSINATOS

CARIACICA	
Moxuara	1
Campo Verde	1
Aparecida	1
Nova Canaã	1

3 ASSASSINATOS

SÃO MATEUS	
Bom Sucesso	1
Boa Vista	1
Seac	1

2 ASSASSINATOS

VITÓRIA	
Redenção	1

São Pedro	1
JAGUARÉ	
Palmito	1
Seac	1
BARRA DE SÃO FRANCISCO	
Morro da Colina	1
Zona Rural	1
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
Conduru	1
Cotuba	1
COLATINA	
São Judas Tadeu	1
Vicente Scela	1

1 ASSASSINATO

GUARAPARI	
Pontal de Santa Mônica	1
VIANA	
Areinha	1
GUACUÍ	
Centro	1
ATÍLIO VIVÁCQUA	
Flecheira	1
VILA VALÉRIO	
Centro	1
MIMOSO DO SUL	
Cidade Nova	1
PANCAS	
Vila Verde	1
ALEGRE	
Distrito de Rive	1
ARACRUZ	
Vila do Riacho	1
IBATIBA	
Zona Rural	1
NOVA VENECIA	
Iolanda	1
BOA ESPERANÇA	
Vila Fernandes	1
PIÚMA	
Monte Aghá	1

Fonte: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE JANEIRO A AGOSTO 2019

Estado tem o menor índice de homicídios em 23 anos

O mês de setembro de 2019 teve o menor número de assassinatos no Estado desde 1996. Ao todo, foram 72 homicídios nos 30 dias. O menor número contabilizado anteriormente, há 23 anos, foi 89.

De janeiro a setembro, 702 pessoas foram assassinadas em terras capixabas, entre homens e mulheres. No mesmo período do ano passado, esse total foi de 852. A diferença representa 17,6% de queda.

O secretário de Estado da Segurança, Roberto Sá, admite que, mesmo com essa redução, o número de assassinatos ainda é alto.

“Há um caminho longo a ser percorrido. Mas a nossa estratégia vem funcionando e vamos buscar aperfeiçoá-la. A gente não comemora, porque o número de homicídios ainda é elevado.”

No ano de 2018, aconteceram 28 homicídios para cada 100 mil habitantes no Estado, 18 a mais que o considerado aceitável pela Organização das Nações Unidas (Onu).

Na Grande Vitória, são 95 assassinatos a menos que no ano passado, uma redução de 19,6%. Fora da Região Metropolitana, o município que mais registra assassinatos é Linhares, com um total de 50, de janeiro a setembro. O número foi o mesmo em 2018 e 2019.

Sá afirmou que há um déficit de policiais e uma questão cultural que, somados, dificultam o combate à violência no lugar. “Lá tem uma cultura de violência impregnada há muitos anos.”



ROBERTO Sá: adoção de estratégia

OCORRÊNCIAS

Homicídios no Estado - ano a ano (janeiro e setembro)

2014	1.179	2017	1.085
2015	1.064	2018	852
2016	905	2019	702

Taxa por 100 mil habitantes

2014	39,4	2017	35,1
2015	35,4	2018	28
2016	29,7		

Municípios que mais registraram assassinatos (janeiro a setembro)

	2019	2018
Cariacica	107	124
Serra	103	148
Vila Velha	92	116
Vitória	52	58



A senadora Rose de Freitas acompanhou os debates na Assembleia Geral da ONU, além da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na ONU, Rose debate direito das mulheres e clima

Nova York (EUA) – A senadora Rose de Freitas esteve nos Estados Unidos, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, participando de debates na Missão Permanente do Brasil na Organização, conforme detalhou a assessoria da parlamentar capixaba. “A senadora tem debatido, principalmente, projetos e ações para a garantia dos direitos das mulheres e para o combate à violência de gênero. Tem tratado ainda de assuntos como a adoção de medidas que revertam as mudanças climáticas e a ampliação de políticas públicas para os idosos” – frisou.

“Rose é a atual procuradora especial da Mulher do Senado e membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e tem se dedicado ainda mais aos dois temas nesta legislatura”, destacou a assessoria.

CRISE NO CLIMA

Logo após a chegada da senadora aos EUA, no dia 27 de setembro, Rose de Freitas se reuniu com o embaixador João Genésio de Almeida Filho, chefe da Missão Permanente do Brasil na ONU. “Ambos se lembraram, ao iniciarem a dis-

cussão sobre mudanças climáticas, do pronunciamento do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que apontou a existência de uma crise do clima no Planeta”.

Rose avaliou a afirmação. “Sendo assim, vejo ainda mais responsabilidades. Pois, se estamos falando de mudanças climáticas, o que nos resta é nos adaptarmos. Mas se a questão é uma crise, temos que agir em conjunto para superá-la” – concluiu.

AGENDA 2030

Sobre o direito das mulheres, a senadora Rose e os participantes dos debates nos EUA enfatizaram a necessidade do desenvolvimento de mais ações globais para efetivar a igualdade de gênero, empoderar a mulher e combater a violência doméstica. “São pautas que integram a Agenda 2030 – um conjunto de 17 metas para o desenvolvimento social e econômico do mundo”.

O embaixador João Almeida Filho, inclusive, convidou a senadora para a Convenção da Mulher na sede da ONU, em 2020. O evento é o segundo maior da entidade e trata com ênfase a importância do empoderamento mundial da mulher.

Três mil tornozeleiras no Estado

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) esclareceu ontem que a previsão é ampliar para 3 mil tornozeleiras eletrônicas em internos do sistema prisional até 2022, e não seis mil, como foi informado para **A Tribuna** na edição de ontem.

Quanto à obra do Centro de De-

tenção Provisória de Linhares 2, a Sejus disse que o correto é dizer que o projeto executivo será iniciado no ano que vem, e não o início das obras, como foi divulgado pela reportagem.

O serviço será realizado por meio de Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Profunda decepção com a Justiça , diz mãe de Gabriela Chermont

Em desabafo por mais um adiamento no julgamento do caso Gabriela Chermont , a mãe da vítima, Eroteides Regattieri, se diz sem palavras para comentar tantos anos de espera e expõe o que sente: Profunda decepção com a Justiça , demonstrando a descrença que hoje tem nas instituições, gerada pela ansiedade de um júri que nunca aconteceu. O julgamento do caso foi adiado pela sexta vez nesta segunda-feira (30), devendo acontecer no dia 3 de dezembro.

Gabriela foi encontrada morta após queda de um prédio na Mata da Praia, em Vitória, há 23 anos. O réu é o ex-namorado dela à época, Luiz Claudio Ferreira Sardenberg. Desde então, a defesa dele trabalha com a hipótese de suicídio, enquanto a acusação aponta que Gabriela foi intencionalmente jogada do apart hotel.

Segundo Eroteides, não há muito mais a ser dito. "Já participei de coletiva, inclusive junto ao doutor Cristiano, que veio com a equipe de São Paulo só para esse julgamento. O que eu acho é que a gente se prepara e eles deixam para apresentar petição no último momento. Nesse caso do atestado médico da testemunha, sei que a cirurgia de catarata é eletiva, ninguém estava hospitalizado ou em estado grave, e sabiam da data do júri. A operação foi feita sete dias atrás e apresentaram o atestado só na véspera da ida ao tribunal", revelou.

Mãe de Gabriela

> Adolescente confessa ter matado menina de 9 anos em parque de SP

Para a mãe de Gabriela, fica a dúvida do porquê de tanto tempo esperando. "Qual será a próxima manobra? Estou presa há 23 anos. O que vão dizer? Vão usar unha encravada como desculpa? No adiamento anterior trouxeram um laudo que tinha sido produzido um ano e três meses antes. Isso já é desrespeitoso. Dessa vez eu tinha mais esperanças, porque já estava vergonhoso demais. Pode ser legal, mas é imoral o que fazem. Poderia haver mais rigor. Minha decepção é com a Justiça, com as leis e com a excessiva complacência com a defesa. Será que o advogado não está preparado para este júri? O que ele teme?", ressaltou.

A frustração com a demora na definição do caso é tanta que Eroteides começou a considerar divulgar fotos e dos laudos oficiais existentes no processo para que chegue ao público o que ela avalia como contradição que há entre estas provas e os pareceres trazidos pela defesa .

"Vamos começar a publicar os laudos em redes sociais, jornais, televisão, em nível nacional. O inquérito do delegado Germano Pedrosa, a perícia do dia da morte, do hoje coronel Kesio, as manifestações do hoje Procurador Geral de Justiça (promotor do caso à época), Sócrates de Souza, e a perícia oficial feita em Brasília , merecem vir à tona .

A mãe de Gabriela Chermont revelou ainda que já não sabe o que esperar da defesa e que gostaria de ter a apreciação do caso pelo tribunal, o que tem lhe parecido impossível. "É por isso que quero fazer o julgamento público, já que a defesa tem tanta chance de procrastinar. Já estamos pensando em comunicar isso ao Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) ", finalizou.

A morte de Gabriela Chermont foi causada por queda do décimo segundo andar do Apart Hotel La Residence, situado na Avenida Dante Michelini, no bairro Mata da Praia , em Vitória, na madrugada de 21 de setembro de 1996.

> Três mulheres são mortas dentro de casa no Rio de Janeiro

Segundo consta dos arquivos processuais, a jovem e o empresário, Luiz Claudio, teriam rompido o relacionamento e, por indicação de colegas de faculdade, ela teria passado a conhecer um outro rapaz. Em uma das situações em que teriam saído juntos, para um bar na Praia da Costa, amigos do ex-namorado teriam visto e contado para ele. Nesta situação, o denunciado pelo crime passaria a manter telefonemas com Gabriela, até que teriam combinado um encontro na noite de 20 de setembro de 1996.

Testemunhas nos autos do processo relatam que o ex-casal se dirigiu a um bar em Jardim da Penha e que depois se dirigiram ao Apart Hotel, onde ficaram hospedados no apartamento de número 1.204. Luiz Claudio, a partir daí, afirma que os dois mantiveram relações sexuais, enquanto a acusação alega que não e que, em vez disso, teriam ocorrido diversas

agressões, causando inclusive quebras de dentes e escoriações na lombar, desencadeando, por fim, no arrastamento e projeção da vítima pela sacada.

Um exame toxicológico realizado à época do caso identificou que o comerciante teria feito uso de cocaína, ao contrário da alegação dele no sentido de ter tomado apenas cerveja.

> Caso Raíssa: adolescente diz que brincou com menina antes de matá-la

A reportagem entrou em contato com o advogado Raphael Americano Câmara, em julho, à frente da defesa do réu Luiz Claudio Sardenberg. De acordo com ele, todas as provas técnicas produzidas no processo até o momento indicam que Gabriela teria cometido suicídio.

Todos os laudos realizados pela Polícia Civil desde 1997 e mesmo em 2018 são taxativos no sentido de que Gabriela se jogou do prédio. Esse é um processo complexo, a família da moça é extremamente influente e acredito que isso tenha contribuído para o tumulto processual, comentou.

A verdade é que as teses de suicídio acabaram sendo postergadas. Não é a defesa que está atrasando o processo, como alegam. As provas foram requeridas novamente pela família da jovem e foram novamente taxativas. Tanto as provas de engenharia, como as de legistas do DML capixaba apontam no sentido de que não há condição de ela ter sido jogada daquele apartamento, não havendo mecanismo humano capaz de ter jogado da janela sem ter deixado nela qualquer marca. Isso é uma realidade escancarada. A família ainda quer manter a tese de homicídio por não aceitarem o que ocorreu. Qualquer pessoa veria que ela se jogou, não é questão de interpretação, finalizou.

Site: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/profunda-decepcao-com-a-justica-diz-mae-de-gabriela-chermont-1019>

Detentos participam de produção de bonecas para crianças com câncer no ES

Por Diony, TV Gazeta

Um projeto para doar bonecas de crochê para crianças com câncer está dando novo sentido para a vida dos detentos da Penitenciária de Segurança Média de Viana, na região Metropolitana de Vitória. O objetivo é que 150 unidades do brinquedo sejam entregues no final do mês para pacientes em tratamento oncológico no Hospital Infantil.

A ideia de levar o projeto para o presídio surgiu no ano passado, quando a juíza da **Vara de Execuções Penais** de Viana assistiu a um vídeo da voluntária Rogéria Aguiar fazendo as bonequinhas na internet e fez o convite para que ela participasse do projeto, que já acontece desde 2016 na penitenciária.

Rogéria começou a fazer as bonecas há 10 anos, depois que passou por um tratamento de câncer. Ela encontrou no presídio a ajuda que precisava para confeccioná-las.

Os modelos das bonequinhas são os mais variados. A única coisa em comum é a peruquinha que todas usam. Com esse trabalho, ela espera fazer a alegria das crianças e ainda ajudar a reduzir o custo que o estado tem com os presos.

De acordo com o diretor da unidade prisional Roger Santesi Filho, atualmente 100% dos internos do presídio estão ocupados.

"Isso traz a questão do comportamento, do trato com os servidores. O número de ocorrência é praticamente zero e a gente tem esse ambiente de integração, onde eles se sentem úteis", informou o diretor.

Os presos que participam do projeto passam o dia na trabalhando na confecção e ajudam a pensar nos modelos. Além das bonecas de crochê, os internos também ajudam na recuperação de brinquedos usados, fazendo uma nova roupa para eles.

Cada uma deles tem uma história e foram parar na prisão por um motivo específico. Com o trabalho, além de ajudar crianças com câncer, eles diminuem suas penas.

Para o interno Isaias de Oliveira, fazer as bonecas representa mais do que a redução da sentença.

O interno Hiago Nascimento nunca tinha colocado a mão numa agulha de crochê antes. Com esforço, ele já conseguiu fazer uma boneca. Esse aprendizado representa para ele uma possibilidade de futuro.

"É gratificante saber que eu estou fazendo essas bonecas para crianças que estão com dificuldade. Mudou muita coisa. A gente adquire sabedoria também. É uma profissão também", disse Hiago.

Para o interno Roberto Fraga, que tem depressão, fazer as bonecas fez com que conseguisse reduzir a medicação e tem ido com menos frequência para o hospital.

"Eu sou depressivo e ansioso. Esse trabalho me ajuda muito, porque é uma terapia que a gente tem para vencer esses problemas que a vida coloca diante da gente. Quando chega a noite, depois de um dia de trabalho cansativo e coloca sua cabeça no travesseiro, a gente pensa que esse brinquedo vai causar uma alegria nessa criança que ela vai esquecer a doença. Isso é muito importante para nós", contou.

Esse projeto de solidariedade faz a voluntária Rogéria ver benefícios para todos.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/10/01/detentos-participam-de-producao-de-bonecas-para-criancas-com-cancer-no-es.shtml>

Justiça arbitra fiança de R\$ 50 mil para jovem que atropelou e matou idoso no ES após beber

Por G1 ES

A Justiça estipulou uma fiança de R\$ 50 mil para libertar o jovem Lucas Schneider, de 24 anos, motorista que atropelou e matou o motociclista Luís Cláudio Ferreira da Silva, de 62 anos, no último domingo (29), em Vila Velha. Segundo a polícia, o rapaz fez ingestão de bebida alcoólica antes de dirigir. A família da vítima está revoltada com a possibilidade do condutor sair da prisão.

Segundo a Secretaria Estadual de Justiça (Sejus), Lucas Schneider ainda permanecia preso no Centro de Triagem de Viana até a tarde desta terça-feira, porque ainda não pagou a fiança estipulada.

O enfermeiro aposentado Luís Cláudio Ferreira da Silva tinha acabado de sair de casa para pescar quando a moto dele foi atingida por um carro. O acidente foi domingo à tarde, no bairro Guaranhuns, em Vila Velha.

Segundo testemunhas, o motorista saiu do carro depois de bater também em um poste. O motociclista foi parar embaixo do automóvel. O teste do bafômetro para Lucas deu positivo. Para a polícia ele também confirmou que bebeu, tinha passado a noite em um motel e levava amigos em casa.

O delegado que atendeu a ocorrência na Delegacia Regional de Vila Velha disse que não poderia estipular fiança. O advogado criminalista Raphael Câmara explicou o que leva um caso como esse ser definido por um juiz.

A pena máxima, nesses casos, é superior a quatro anos, ou seja, indica que o crime precisa de uma análise mais cuidadosa do poder judiciário, do **Ministério Público** e também do advogado da audiência de custódia, disse.

Para o irmão de Luís, com a liberdade de Lucas, a única punição pelo que aconteceu ficará com a família da vítima.

Você arbitrar uma fiança para quem tem, em abundância, o que vai ser pago, não é punição. Eu

acredito que os únicos punidos serão o meu irmão, com a vida, e nós que somos parentes e amigos dele. A punição veio para nós. Uma vida vale R\$ 50 mil? , questionou o irmão Gino Caiman.

Luís tinha acabado de se aposentar. Mais que justiça, a família dele espera que o motorista não provoque outras vítimas.

Eu enxergo, em particular, como um crime hediondo. Quantas famílias mais esse cidadão vai destruir? Destruí a vida do meu irmão, que trabalhou 40 anos servindo a população, servindo um órgão público, ajudando. O legado dele é de uma pessoa prestativa, e a outra parte é um cara de 23 anos que só cometeu delitos, tem o histórico de uma pessoa que não é de bem, disse Gino.

Segundo a Polícia Civil, Lucas já responde a outros processos, entre eles, por dirigir sem habilitação e outro por agressão a mulher.

Lucas Schneider foi levado para o presídio de Viana. Foi na audiência de custódia que a juíza Raquel de Almeida Valinho determinou o pagamento de R\$ 50 mil para que o motorista responda pelo crime em liberdade. Além de pagar a fiança, ele não poderá frequentar bares, deve ficar em casa das 18h às 6h e só pode sair da Grande Vitória com autorização da Justiça.

O advogado garante que, caso condenado, o dinheiro da fiança vai para a família da vítima e explica porque essas condições são impostas pela justiça ao acusado.

A fiança serve para indenizar a família da vítima caso o indiciado seja condenado. Então isso já é muito mais útil à família da vítima, disse o advogado.

O motorista suspeito de atropelar Luís Cláudio, Lucas Schneider, foi flagrado saindo de um motel na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, momentos antes do acidente acontecer. Câmeras de videomonitoramento da região mostram que Lucas deixa o local fazendo uma manobra irregular. No carro dirigindo por ele foram encontradas latas de cerveja.

A ex-esposa de Luís Cláudio, Josiane da Silva, pede justiça para que o motorista seja responsabilizado da maneira devido pelo crime. Essa justiça tem que ser feita. Se a gente deixar, a cada dia se vai um, vai outro e ele vai continuar fazendo o que ele fez , concluiu Josiane.

O senador Fabiano Contarato, que ficou por ano à frente da Delegacia de Delitos de Trânsito do Espírito Santo, comentou o caso e disse que a lei seja mais dura para pessoas que bebem e matam no trânsito.

O motorista deve sair de casa com a quase certeza de que ele será parado em uma blitz de fiscalização de trânsito. O Estado falha no processo educacional, que mesmo ocorrendo o pior crime, como é o caso do homicídio, cuja pena pode chegar a oito anos de reclusão, mesmo se condenado à pena máxima, o Código Penal determina que os juízes substituam a pena de prisão pelas penas restritivas de direito, como prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana. Para corrigir isso, nós apresentamos um projeto de lei, para proibir que nesses casos haja substituição da pena, ou seja, cadeia para motorista que matar ou lesionar alguém estando sob efeito do álcool ou de outra substância análoga , frisou.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/10/01/justica-arbitra-fianca-de-r-50-mil-para-jovem-que-atropelou-e-matou-idoso-no-es-apos-beber.ghml>

Julgamento de empresário acusado de matar ex-namorada no ES é adiado pela 6ª vez

Por André Rodrigues e Tiago Felix, G1 ES e TV Gazeta

O julgamento do empresário acusado de matar Gabriela Regattieri Chermont, ex-namorada dele na época, foi adiado pela sexta vez. O adiamento aconteceu por conta da falta de uma testemunha considerada importante pela defesa do réu. O crime aconteceu no dia 21 de setembro de 1996 e Luiz Claudio Ferreira Sardenberg é suspeito de ter jogado a vítima da sacada do 12º andar de um prédio que fica na Mata da Praia, em Vitória. O juiz responsável, Marcos Pereira Sanches, remarcou o julgamento para o dia 3 de dezembro.

A mãe de Gabriela, Eroteides Regattieri, afirma que ficou surpresa depois que o julgamento foi adiado mais uma vez. Ela garante que só foi comunicada da suspensão horas antes do início do júri.

Eu me preparo. Estou sendo preparada durante seis vezes. Vou para a sétima intimação e nada acontece porque a defesa, na véspera, três dias antes, que é legal, apesar de amoral, aparece com uma petição. Agora um médico aparece com um atestado, na hora, no dia, fiquei sabendo apenas por volta das quatro horas da tarde. Uma cirurgia que foi feita há quase oito dias. Não entendo isso, lamentou.

A testemunha que faltou ao julgamento justificou a ausência com atestado médico alegando que não havia condições de saúde para comparecer. O advogado do réu, Raphael Câmara, diz que o adiamento não é uma estratégia da defesa.

Não é uma manobra. A defesa não tem controle sobre a situação de saúde das testemunhas. O que tem que ficar claro é que essa testemunha, doutor Carlos de Faria, é um médico conceituado que foi muito diligente, inclusive, em apresentar as razões de sua impossibilidade de comparecer, disse.

O advogado da família de Gabriela Regattieri Chermont, Cristiano Medina, contesta o novo adiamento. Ele afirma que a suspensão caracteriza uma estratégia da defesa de Luiz Claudio Ferreira Sardenberg.

Uma testemunha de defesa que já foi ouvida em outras oportunidades, que apresentou um laudo pericial, juntou um atestado dizendo que no dia 24 ele

fez uma cirurgia de catarata. O magistrado consultou a defesa perguntando se concordava com a dispensa da testemunha e de forma estratégica a defesa não concordou, concluiu.

O empresário aguarda o julgamento em liberdade, depois que conseguiu um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (**STF**), após a morte de Gabriela.

Veja o plantão de últimas notícias do G1 Espírito Santo

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/10/01/julgamento-de-empresario-acusado-de-matar-ex-namorada-no-es-e-adiado-pela-6a-vez.ghtml>

Após fazer postagem racista no Facebook, internauta é condenado pela Justiça

Um morador de Ribeirão Preto, cidade distante 310 km de São Paulo, foi condenado pela **Justiça Federal** à prestação de 720 horas de serviços comunitários pelo crime de racismo, por escrever em uma rede social que negros seriam desprovidos de inteligência. O comentário foi feito em uma página da rede social.

"Por exemplo negros no geral são desprovidos de inteligência, mas tendem a ser mais fortes, os brancos por outro lado mais fracos porém mais inteligentes e isso é o resultado da adaptação genética, impossível não perceber q existe sim diferença entre os povos, mas insistem em dizer q não", diz trecho de uma das mensagens publicadas por ele.

O **Ministério Público Federal** fez uma denúncia da publicação para a 7ª Vara Federal de Ribeirão Preto, que decidiu pela condenação do autor da frase, impondo a pena de serviços comunitários como alternativa a prisão de dois anos prevista no crime de racismo.

Segundo o MPF, no julgamento, o autor dos comentários tentou justificar dizendo que seu intuito era ser irônico, e que isso não havia sido explicado em fases anteriores do processo "por mero esquecimento" e que as mensagens haviam sido tiradas do contexto. O internauta ainda tentou escapar da condenação afirmando ter familiares e amigos negros, mas o argumento não foi aceito pela Justiça.

"O fato de possuir negros em sua família e em seu círculo de amigos não exclui essa conclusão. De reverso, pode até reforçá-la, no sentido de que convive com essas pessoas, mas as considera em geral desprovidas de inteligência", afirmou o juiz na sentença.

"Não se trata, como quer a defesa, de mera manifestação de opinião ou exercício da liberdade de expressão. Ora, uma afirmação dessa natureza tem fortes cores discriminatórias e ainda assim ele a digitou em sua página pessoal no Facebook, por duas vezes, assumindo o risco de incorrer no delito em causa", concluiu a decisão.

* Com informações do portal R7

Site:

<https://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/10/2019/apo>

***s-fazer-postagem-racista-no-facebook-internauta-e-
condenado-pela-justica***

JUSTIÇA

Criança de Linhares com autismo severo tem tratamento garantido pela justiça

Plano de Saúde teria negado a prestação de terapia especializada ao menino, mas Defensoria Pública reverteu a decisão.

A Defensoria Pública Estadual conseguiu tratamento médico para uma criança de cinco anos com grau de autismo severo, que teve a prestação do serviço negada pelo plano de saúde. De acordo com os laudos médicos, o menino, que é morador de Linhares, precisava iniciar com urgência a terapia de intervenção comportamental ABA (Applied Behavior Analysis / Análise do Comportamento Aplicada), fundamental para estimular o seu desenvolvimento.

A decisão foi proferida no dia 16 de agosto pela 1ª Vara Cível e Comercial de Linhares, mas o tratamento terá início neste mês de outubro. Os pais da criança que tentaram,

sem sucesso, resolver a questão de maneira extrajudicial, buscaram auxílio da Defensoria Pública, que identificou a conduta abusiva e ilegal do plano ao negar a terapia, uma vez que o caso é urgente e a falta do tratamento adequado seria prejudicial ao desenvolvimento da criança.

“De acordo com a Lei 9656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, uma vez comprovada a situação de emergência, bem como ultrapassado o prazo de 24 horas da contratação do plano de saúde, é obrigatório o fornecimento de tratamento, incluindo eventual internação”, explica Giuliano Piccin, defensor público que atua no caso.



A terapia ABA é fundamental para estimular o desenvolvimento de crianças com autismo.

Para Willian Machado, pai do menino, o sentimento após a negativa do plano de saúde foi de decepção para a família. “Éramos leigos sobre o assunto e então descobrimos o tratamento com a ABA, que é conside-

rado um dos melhores para as crianças com autismo e poderia ajudar muito o meu filho. Ficamos frustrados quando ele não pôde fazer a terapia”, afirma.

Ainda segundo o pai da criança, a ex-

pectativa para o início do tratamento são as melhores possíveis. “Conversamos com psicólogos e terapeutas e acreditamos que a terapia vai permitir um progresso maior na situação do meu filho”, diz.

Conforme a decisão, a ausência da terapia ocasionaria atrasos no desenvolvimento neurológico, prejuízos na socialização, comunicação e comportamento da criança, podendo atingir até mesmo a sua condição física.

O que é a Terapia ABA?

A psicóloga Mylena Pinto Lima, diretora clínica da Casulo Comportamento e Saúde, localizada em Linhares, fala sobre a Análise do Comportamento Aplicada e seus resultados no tratamento do autismo.

Jornal CE: O que é a Terapia ABA?

Mylena Pinto Lima: A Análise do Comportamento Aplicada (do inglês Applied Behavior Analysis - ABA) é uma ciência que propõe a utilização de princípios científicos que regem o comportamento humano para a melhoria de dificuldades socialmente relevantes, e é voltada para a implementação de estratégias efetivas para a mudança comporta-

mental, que são vantajosas e duradouras para os indivíduos que dela se beneficiam. No Brasil, a aplicação da Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo está sendo conhecida como Terapia ABA. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tornou-se mundialmente conhecida após a publicação dos resultados do estudo experimental com um grupo de crianças com autismo realizado pelo psicólogo Ivar Lovaas, em 1987. Desde então, a eficácia da Terapia ABA ficou evidenciada em muitos outros estudos, tanto que na década de 80 a utilização da Terapia ABA para o tratamento do TEA teve sua efetividade reconhecida no âmbito da medicina pediátrica pelo

Surgeon General dos Estados Unidos, que é a agência governamental americana responsável pela avaliação e aprovação de tratamentos médicos efetivos.

Jornal CE: Que resultados essa terapia oferece?

Mylena Pinto Lima: A Terapia ABA se mostra eficaz no tratamento para ao autismo por meio da melhoria nas habilidades de vida diária, na área acadêmica, na vivência em comunidade, no desenvolvimento socioemocional, no desenvolvimento de comunicação, nas habilidades de autorregulação, entre outras importantes habilidades que crianças e jovens precisam desenvolver para participar de ambientes

e de situações sociais diversas.

Jornal CE: O que precisamos entender sobre o autismo?

Mylena Pinto Lima: O autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento complexo e com uma etiologia ainda desconhecida, que afeta o indivíduo por toda a sua vida. Este transtorno caracteriza-se pela ocorrência de problemas marcantes no desenvolvimento infantil. Nós sabemos que o autismo é uma alteração no funcionamento biológico e comportamental do indivíduo e que vai segui-lo por toda a sua vida. Sinais da presença do autismo incluem alterações nas habilidades sociais, comunicacionais e comportamentais que



A psicóloga Mylena Pinto Lima, diretora clínica da Casulo Comportamento e Saúde.

acarretam um prejuízo significativo no funcionamento adaptativo, em especial nas áreas social, acadêmica e de vida em comunidade. O diagnóstico de Transtorno do Es-

pectro do Autismo (TEA) é clínico e realizado a partir dos critérios estabelecidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

Justiça condena Capitão Assumção por participação na greve da PM

ALEX PANDINI

28 DE SETEMBRO DE 2019

Author

Alex Pandini

Condenação

A juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**, condenou o deputado estadual Capitão Assumção (PSL) por envolvimento na greve da Polícia Militar, ocorrida em fevereiro de 2017. A pena é de cinco anos e seis meses, em regime semiaberto. Ainda cabe recurso. Segundo a juíza, Assumção foi o idealizador e principal articulador do movimento paredista.

O que diz o deputado

A assessoria de Capitão Assumção só se pronunciou por telefone, e disse que ele só vai falar sobre o caso na próxima segunda (30), no plenário da Assembleia Legislativa, quando, de acordo com a assessoria, "vai desmascarar a juíza que o condenou". É esperar pra ver.

A greve

Durante 20 dias, entre 4 e 24 de fevereiro de 2017, a Polícia Militar do ES fez um movimento de paralisação, que deixou um rastro de 215 homicídios e saques ao comércio, na maior crise da história da segurança pública do estado.

Aplicativo

O deputado estadual Vandinho Leite (PSDB) preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Motoristas de Aplicativos do Brasil - que diz ser a primeira do gênero no país. Nesta semana, Vandinho criou um "pacotão" de projetos voltados à categoria. São cinco projetos de lei no total.

Aplicativo II

Vandinho quer criar o botão do pânico, isentar o motorista de IPVA na compra de veículos novos, instituir o dia 19 de setembro como o Dia Estadual dos

Motoristas de Aplicativos e, ainda, reacende a polêmica sobre segurança versus invasão de privacidade. Um dos projetos torna obrigatória a identificação dos passageiros pelas operadoras do serviço, e outro determina a identificação dos usuários com uso de biometria facial.

Na gaiola

Depois de uma ação que se arrastou por 11 anos na Justiça - e da fuga recente após a condenação - finalmente está preso o ex-vereador de Mimoso do Sul, José Jardel Astolpho, acusado de ser o mandante do assassinato do próprio cunhado, Sebastião Carlos Oliveira Filho. José Jardel pegou pena de 18 anos e seis meses em regime fechado.

Questão portuária

Audiência Pública realizada na última quinta (26) no Tribunal Regional do Trabalho (**TRT/ES**) reuniu representantes do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), do Sindicato dos Estivadores (Sindiestiva), operadores portuários, Codesa e Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB/ES**).

Questão portuária II

Na pauta, os desafios diante da crise econômica e os conflitos trabalhistas. Após duas horas de reunião, ficou decidido que as entidades terão prazo de dez dias para criar grupos de trabalho e elaborar estudos visando equacionar os conflitos.

Site:

folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/09/justica-condena-capitao-assumcao-por-participacao-na-greve-da-pm/